

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA
ACOMPANHAMENTO DAS
NEGOCIAÇÕES COLETIVAS NO
BRASIL**

**IMPACTOS DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO
SALÁRIO MÍNIMO NOS SALÁRIOS DE BASE NAS
REGIÕES METROPOLITANAS
CONVÊNIO SE/MTE Nº. 04/2003**

2007

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Secretário Executivo - SE

André Peixoto Figueiredo Lima

Secretário de Políticas Públicas de Emprego - SPPE

Ezequiel Sousa do Nascimento

Secretário de Relações do Trabalho – SRT

Luiz Antonio de Medeiros Neto

© copyright 2007 – Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria Executiva – SE

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

DIEESE**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Direção Nacional

João Vicente Silva Cayres – Presidente - SIND Metalúrgicos ABC

Carlos Eli Scopim – Vice-presidente - STI Metalúrgicas Mecânicas Osasco

Tadeu Moraes de Sousa – Secretário - STI Metalúrgicas São Paulo Mogi Região

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Relações Sindicais

Claudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira

CONVÊNIO SE/MTE Nº. 04/2003

SUMÁRIO

SINOPSE DE RESULTADOS	05
1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS MERCADOS METROPOLITANOS DE TRABALHO	08
2. O PERFIL DE RENDA DOS MERCADOS METROPOLITANOS DE TRABALHO	15
3. O SALÁRIO MÍNIMO E OS MERCADOS METROPOLITANOS DE TRABALHO	23
BIBLIOGRAFIA	37

SINOPSE DE RESULTADOS

Este estudo teve por propósito apresentar uma primeira avaliação do comportamento da estrutura de rendimentos dos mercados de trabalho metropolitanos em relação à evolução recente do salário mínimo marcada por aumentos reais propiciados pela política de valorização empreendida nos últimos anos. Ele apresenta, pela primeira vez, uma análise comparativa destes mercados com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Alguns resultados do estudo merecem ser inicialmente destacados.

1. Após um período de incremento, os mercados de trabalho analisados vêm conhecendo uma redução das taxas de desemprego desde 2003;
2. Também, foi contida a tendência de declínio do rendimento médio que havia caracterizado estes mercados até 2003;
3. A análise da estrutura de rendimentos mostra que, no período 1998-2006, a deterioração do rendimento médio não alcançou os estratos de renda mais baixos, graças à política de valorização do salário mínimo;
4. Observa-se uma progressiva concentração da estrutura de rendimentos no intervalo de um a dois salários mínimos, movimento explicado tanto pela geração relativamente mais ponderável de empregos com remuneração neste intervalo, como pelo efeito do aumento do salário mínimo real que não foi acompanhado pelas ocupações de rendimento mais elevado;
5. O comportamento da estrutura de rendimentos aponta que, até 2006, não existem sinais de que a negociação coletiva e a barganha individual tenham conseguido influenciar um comportamento maior dos rendimentos mais elevados;
6. Não tem se reduzido a participação dos segmentos considerados mais vulneráveis (jovens, mulheres e negros) nos estratos inferiores da distribuição de rendimentos do trabalho por faixas de salário mínimo;
7. Entre 1998 e 2003, observou-se um incremento ponderável dos ocupados com renda inferior ao mínimo, mas que pode ter sido decorrente da situação de instabilidade econômica, marcada inclusive pelo aumento do desemprego;

8. Não há uma modificação representativa da parcela de ocupados recebendo menos de um salário mínimo desde 2003, sinalizando que a recuperação da economia pode ter sido convergente com a política de valorização do piso legal;
9. Existe indício de que o estrato de ocupados com renda menor que o mínimo tende a concentrar os trabalhadores de menor nível educacional e os empregados nos serviços domésticos;
10. Finalmente, a valorização do salário mínimo tem sido acompanhada pela elevação do grau de formalização dos mercados metropolitanos de trabalho, deslocando, portanto, possíveis riscos da política se associar à expansão do segmento não formal das estruturas ocupacionais.

A avaliação sobre a evolução recente dos mercados metropolitanos de trabalho e o salário mínimo pode ser realizada de modo continuado em razão de os dados da PED serem divulgados mensalmente, permitindo que em um curto espaço de tempo se tenha indicadores sobre a incidência do piso legal nas estruturas de rendimentos das regiões metropolitanas.

Cabe somente estabelecer a institucionalidade necessária para a realização deste acompanhamento, que com certeza dará contribuições decisivas para o monitoramento da política de valorização do salário mínimo pelos atores sociais.

Segundo o Censo Demográfico 2000, o país tinha 167 milhões de habitantes naquele ano, sendo que 52 milhões pertenciam às 10 Regiões Metropolitanas mais antigas¹. Isto é, quase um de cada três brasileiros é habitante das principais áreas metropolitanas do país.

¹ Atualmente, encontram-se estabelecidas 26 regiões metropolitanas. As mais antigas são: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal.

Ainda segundo o Censo Demográfico, as regiões metropolitanas mais antigas respondiam por 34% da população economicamente ativa brasileira, 32% da população ocupada e 40% da população desempregada. Nota-se, portanto, que as regiões metropolitanas apresentavam maior relevância para o nível de ocupação prevalecente no país, mas também uma importância ainda maior para explicar o nível de desemprego.

Se consideradas todas as regiões metropolitanas, constata-se que elas respondiam por 42% da população total e da população economicamente ativa e por 52% da população desempregada.

É inegável que a dimensão da metropolização da estrutura populacional brasileira atingiu dimensão ponderável, fato que determina que os indicadores médios de emprego e desemprego tendam a serem próximos aos observados para as regiões metropolitanas. Neste sentido, a análise das condições de funcionamento destes mercados de trabalho é fundamental para o conhecimento das situações prevalecentes de emprego e desemprego, mas também para aquela relativa à renda propiciada pelo mercado de trabalho.

Neste sentido, a análise dos mercados de trabalho das regiões metropolitanas pode propiciar rapidamente informação sobre as tendências gerais da ocupação, do desemprego e renda no país, em razão da existência de levantamentos socioeconômicos mensais para estes espaços geográficos.

Desde 1984, o DIEESE realiza, em convênio com a Fundação Seade, do governo de São Paulo, e instituições regionais, a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Iniciada na Região Metropolitana de São Paulo, a pesquisa é realizada atualmente em mais cinco outras: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, além do Distrito Federal.

Neste momento, a PED se constitui na experiência de levantamento socioeconômico mensal com matriz metodológica mais antiga, havendo a possibilidade de análise comparativa das seis regiões metropolitanas desde 1998.

Este documento explora os dados da PED para cinco regiões metropolitanas com o objetivo de analisar a relação entre a evolução do salário mínimo e a renda nestes mercados de trabalho. Ele complementa outro documento elaborado no âmbito do Convênio MTE/SRT/DIEESE, que apresenta uma proposta de boletim de acompanhamento dos impactos da política de valorização do salário mínimo no mercado de trabalho brasileiro, desenvolvido, principalmente, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE.

Em razão de uma limitação no acesso à informação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, não foi possível incorporar, em tempo hábil, seus dados ao desenvolvimento deste estudo. Contudo, esta ausência poderá ser facilmente reparada em outro documento que venha a ser realizado futuramente com a informação da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS MERCADOS METROPOLITANOS DE TRABALHO

Os mercados metropolitanos de trabalho cobertos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego abarcam três das cinco regiões geográficas brasileiras mais o Distrito Federal. Verifica-se que uma cobertura importante do território nacional é alcançada pela pesquisa, em especial do segmento não agrícola de seu mercado de trabalho.²

Segundo estimativa da PED, o conjunto das regiões metropolitanas tinha, em 2006, uma população economicamente ativa de 19 milhões de pessoas. No período 1998-2006, a PEA de todas as regiões cresceu a uma taxa de 2,2% a.a., sendo de 2,7% para 1998-2003 e 1,5% para 2003-2005. A desaceleração do crescimento da PEA foi observada em todas as regiões metropolitanas, sendo as de Recife e São Paulo aquelas que apresentaram as taxas mais baixas, inferiores a 2% a.a., e Belo Horizonte e Distrito Federal com as mais altas, acima de 3% a.a.. Os dados revelam uma evolução mais lenta para o crescimento daquelas regiões que no passado tiveram expansão acelerada da PEA, enquanto aparece o Distrito Federal liderando largamente o processo.

² Para uma apresentação metodológica da PED, ver Montagner, P. e Haga, A. (2003), e para uma avaliação dos mercados de trabalho metropolitanos com os dados do levantamento, ver Bahia, Análise e Dados (2007), Dedecca, C.S., Rodrigues, M., Pires Ferreira, S. (1990) e Soares, M. e Januzzi, J. (2006).

Tabela 1
Estimativas de População Economicamente Ativa
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal

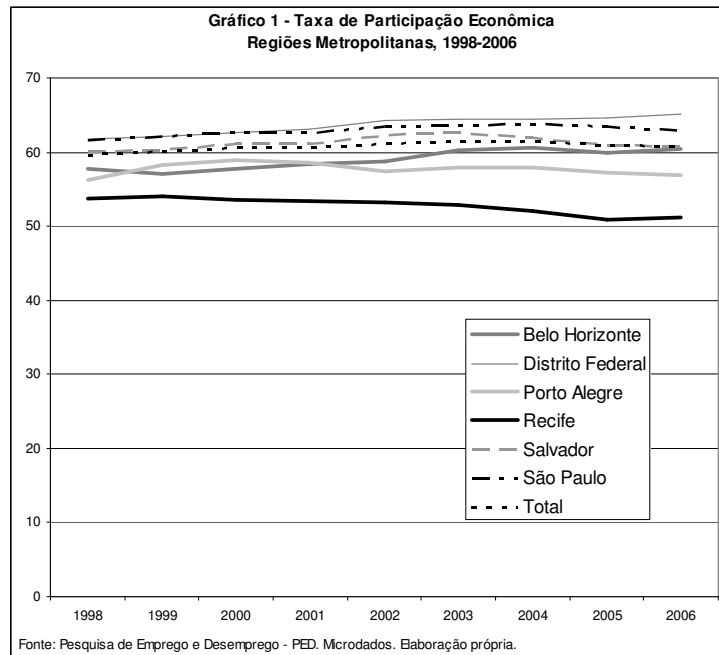
	Total	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
Valores Absolutos (Em 1.000 pessoas)							
1998	15.908	1.904	917	1.564	1.426	1.395	8.703
1999	16.407	1.934	950	1.658	1.466	1.438	8.961
2000	16.908	2.015	992	1.723	1.474	1.499	9.206
2001	17.267	2.093	1.030	1.741	1.499	1.543	9.360
2002	17.725	2.161	1.084	1.733	1.522	1.613	9.612
2003	18.144	2.281	1.122	1.770	1.544	1.670	9.757
2004	18.504	2.357	1.160	1.806	1.550	1.698	9.934
2005	18.696	2.391	1.200	1.831	1.538	1.717	10.019
2006	19.001	2.474	1.243	1.857	1.586	1.757	10.085
Taxas Anuais de Crescimento							
1998-2003	2,7	3,7	4,1	2,5	1,6	3,7	2,3
2003-2006	1,5	2,7	3,5	1,6	0,9	1,7	1,1
1998-2006	2,2	3,3	3,9	2,2	1,3	2,9	1,9

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.

O comportamento da PEA tem sido influenciado pela evolução da taxa de participação econômica da população. As regiões de Belo Horizonte e Distrito Federal foram as únicas que, ao final do período, tinham taxa de participação mais elevadas. De fato, estas duas regiões continuam foco importante do processo de migração, que, como mostram estudos sobre o tema, se compõe fundamentalmente de população adulta e orientada ao mercado de trabalho (Dedecca e Cunha, 2004).

O crescimento recorrente da PEA, mesmo que a taxas mais baixas, como as observadas para as regiões de Recife e São Paulo, tenciona os mercados metropolitanos de trabalho ao exigir desempenho das suas estruturas produtivas compatível com uma geração de oportunidades ocupacionais segundo o aumento das respectivas populações economicamente ativas.

A pressão acumulada sobre os mercados metropolitanos de trabalho, em um contexto de ausência ou de baixo crescimento por um período prolongado, foi alimentando uma tendência de elevação mais ou menos constante do desemprego, rompida, ao menos até o momento, pelo crescimento da economia brasileira nos últimos anos.

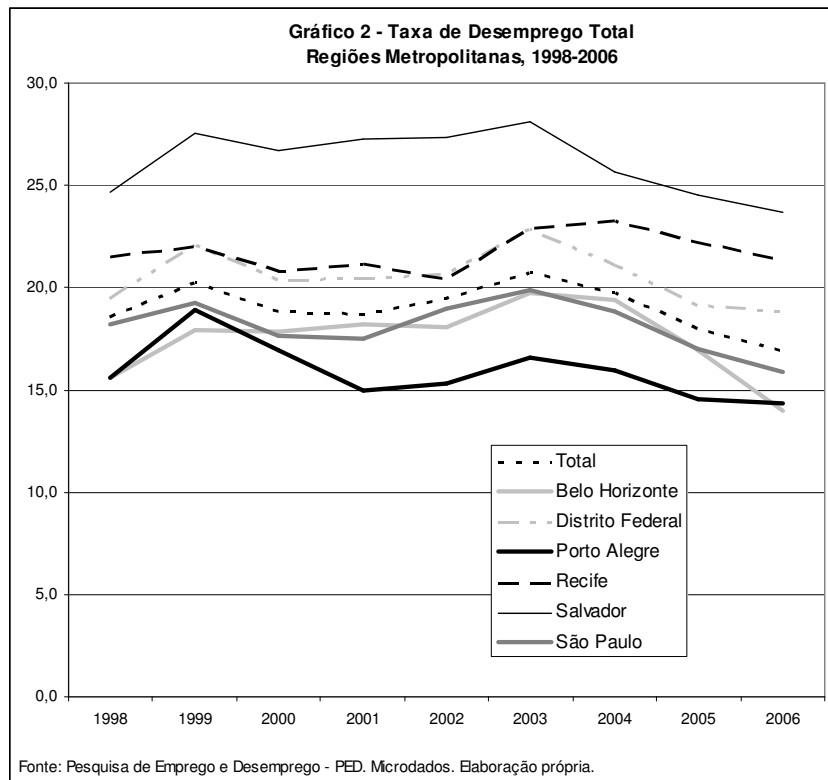


Os resultados da PED revelam a manutenção da taxa de desemprego durante o período 1998 a 2003 e a desaceleração de seu nível desde então. Mesmo assim, a menor taxa observada para 2006 se situava um pouco abaixo da marca dos 15%, evidenciando ainda uma situação expressiva de desemprego mesmo para aquelas regiões que apresentavam indicadores mais favoráveis.

Em contrapartida, a Região Metropolitana de Salvador, mesmo com seu recuo nos últimos anos, mantinha uma taxa de 23% em 2006. Isto é, aproximadamente uma de cada quatro pessoas ativas encontrava-se em situação de desemprego no último ano de análise.

O desemprego elevado, mesmo após alguns anos de recuperação econômica, evidencia os efeitos cumulativos da ausência de crescimento das últimas décadas sobre os mercados metropolitanos de trabalho, situação que não tem condições de ser enfrentada por um desempenho mais favorável de curto prazo e a taxas reduzidas.

Esta é uma dimensão relevante dos mercados metropolitanos de trabalho a ser considerada na análise de renda, pois o desemprego expressivo tende a esterilizar efeitos positivos que uma possível escassez relativa de força de trabalho teria sobre a evolução dos rendimentos do trabalho.

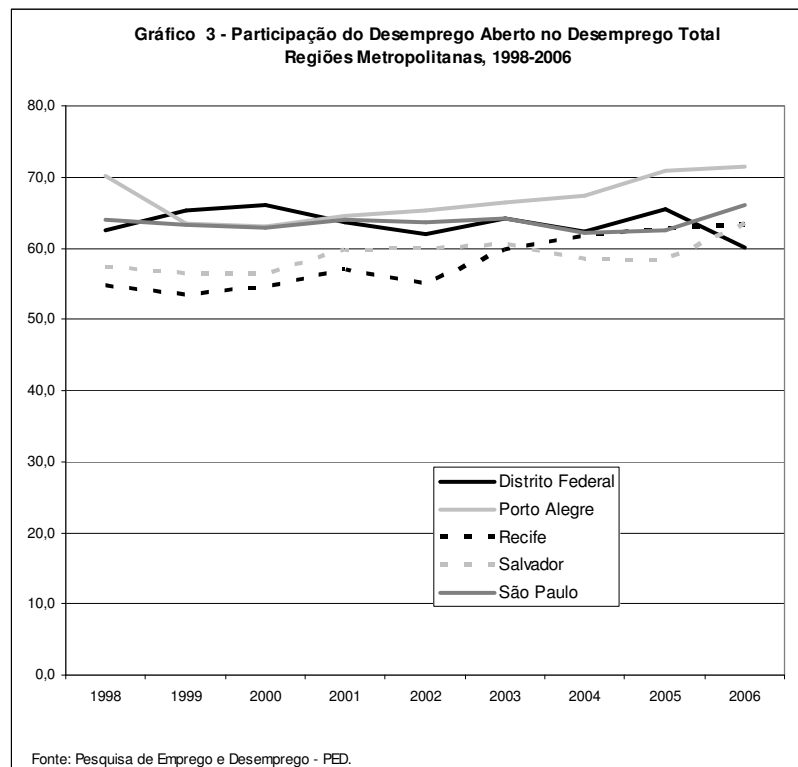


É possível apontar três determinantes para a evolução positiva da renda, em um contexto de estabilidade dos preços:

- *Política de Salário Mínimo – a intervenção estatal sobre o piso legal do mercado de trabalho tem ampla possibilidade de influenciar o comportamento das remunerações mais baixas, mesmo em um contexto de desemprego ponderável;*
- *Negociação Coletiva – os acordos coletivos de categorias atuam sobre o comportamento dos salários que tem influência ponderável sobre o conjunto dos rendimentos do trabalho, sendo que eles tendem a ser negativamente pressionados em situação de desemprego elevado;*
- *Barganha Individual – algumas pessoas ou conjunto de pessoas exercem ocupações que podem apresentar escassez em certos momentos de crescimento ou transformação tecnológica e que pode favorecer o poder de barganha para uma negociação individual de salário ou remuneração variável, sendo que o desemprego elevado tende a reduzir as ocupações com esta vantagem competitiva.*

Considerando o patamar elevado de desemprego recorrente nas regiões metropolitanas cobertas pela PED, é possível argumentar que tanto as negociações coletivas como as barganhas individuais tendem a ter menor possibilidade de influenciar as remunerações do trabalho no período analisado. Porém, este é um tema que será retomado ao longo deste documento quando analisada a evolução da renda entre 1998 e 2006.

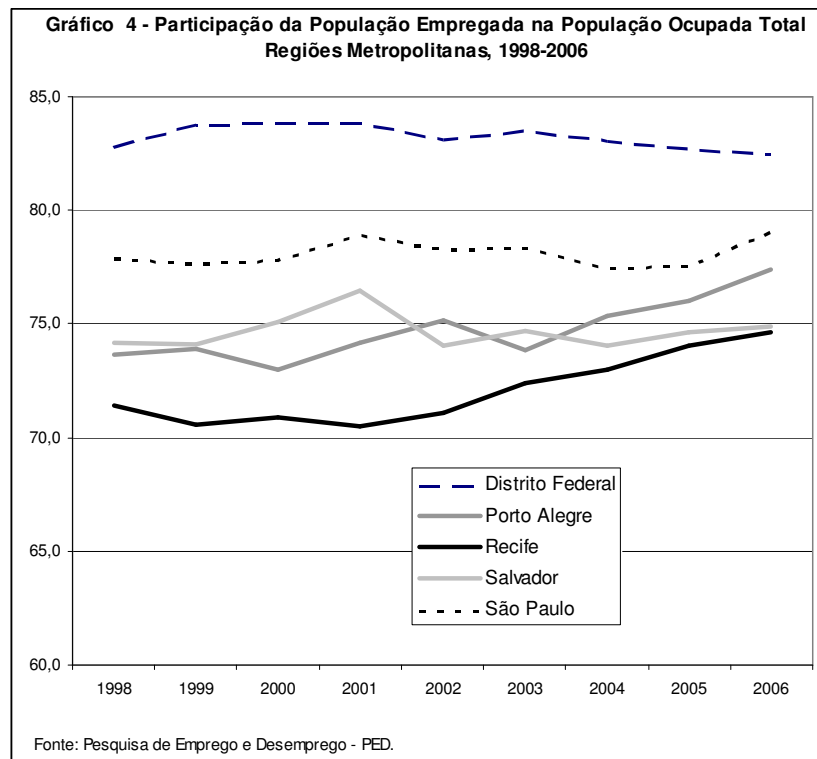
Retomando a análise do desemprego, os dados da PED permitem considerar sua complexidade. A pesquisa adota três formas de manifestação do desemprego: o aberto, o oculto por trabalho precário e o oculto por desalento.



No período analisado, a PED aponta que, excetuando o Distrito Federal, observa-se uma tendência de aumento da importância do desemprego aberto no desemprego total durante o movimento observado de redução de sua taxa global para as outras quatro regiões metropolitanas³.

³ A partir deste momento, não mais será analisada a Região Metropolitana de Belo Horizonte pelos motivos anteriormente apresentado.

Estes resultados revelam que as formas de desemprego por trabalho precário ou oculto vêm perdendo participação, evidenciando que a forma clássica amplia sua dominância na taxa corrente de desemprego. Se por um lado, tem-se uma redução do desemprego total, observa-se, por outro, a persistência do desemprego aberto. Ou melhor, os dados apontam que a recuperação econômica ainda não tem tido vigor de atacar o núcleo principal do desemprego, por ser ele caracterizado pela situação de ausência total de trabalho com procura permanente.

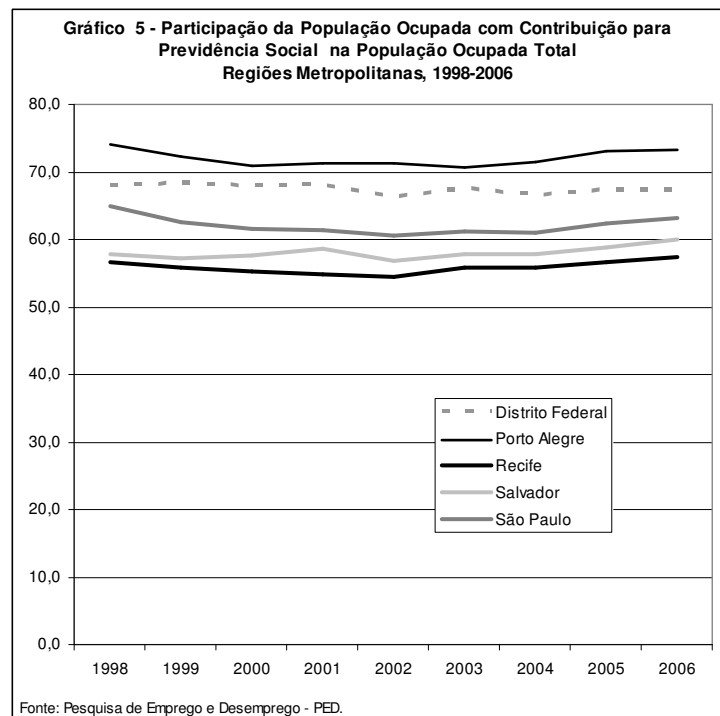


Contudo, os resultados da PED mostram que a recuperação do mercado de trabalho tem sido dominada pela geração de oportunidades ocupacionais caracterizadas pela relação de trabalho assalariada. Com exceção do Distrito Federal, verifica-se uma recuperação importante da dimensão do trabalho assalariado nas demais regiões metropolitanas.

O trabalho assalariado nestes mercados de trabalho não só é dominante, como preponderado dentre as oportunidades ocupacionais criadas. Isto revela que estes mercados continuam a depender da dinamização da estrutura produtiva, e da geração de empregos que ela porventura possa propiciar, para

reduzir a dimensão de seu desemprego. Esta relação se estabelece em todas as regiões metropolitanas, independentemente das características particulares que incorporem seus mercados de trabalho.

A recuperação da participação do trabalho assalariado é acompanhada por movimento semelhante daquela referente à contribuição para a previdência social. Em todas as regiões metropolitanas, constata-se o incremento da contribuição a partir de 2003.



Isto é, o aumento do trabalho assalariado tem sido acompanhado pela elevação do grau de formalização das relações de trabalho nestes mercados. Apontando, ainda, que a recuperação econômica tem dinamizado as estruturas produtivas locais, particularmente seu segmento com maior capacidade de geração de oportunidades ocupacionais formais.

O incremento do setor formal não está associado a mudanças no perfil setorial da ocupação. A recuperação econômica recente tem reiterado a importância limitada do setor industrial nos mercados metropolitanos de trabalho, sustentando a ampla participação do conjunto do setor serviços.

Retomando questão já anteriormente apontada, as expansões do trabalho assalariado e do segmento formal devem estar associadas às características da dinamização da estrutura produtiva, que pode estar atingindo mais expressivamente os segmentos mais bem estruturados e com maior potencial de geração de ocupações com contribuição para a previdência social.

Tabela 2
Estimativas de População Economicamente Ativa
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal

		Indústria Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Serviços domésticos	Demais Setores	Total
Distrito Federal	1998	3,9	4,4	13,8	64,0	13,0	0,9	100,0
	2003	3,6	3,3	14,8	66,0	11,4	0,9	100,0
	2006	3,7	4,1	13,9	65,4	11,7	1,2	100,0
Porto Alegre	1998	19,2	6,2	16,3	49,9	8,0	0,4	100,0
	2003	18,6	5,5	16,0	51,8	7,6	0,4	100,0
	2006	19,7	5,2	16,7	50,6	7,5	0,2	100,0
Recife	1998	10,1	4,5	19,1	52,9	10,4	3,1	100,0
	2003	9,2	4,3	18,7	53,8	10,1	3,8	100,0
	2006	9,5	4,1	18,5	53,4	10,7	3,9	100,0
Salvador	1998	8,0	5,0	15,8	57,9	11,5	1,7	100,0
	2003	8,9	4,6	15,4	58,7	11,3	1,1	100,0
	2006	8,9	5,1	15,9	58,3	10,5	1,4	100,0
São Paulo	1998	21,2	5,3	15,0	48,9	9,2	0,4	100,0
	2003	20,1	5,0	15,0	49,5	9,9	0,4	100,0
	2006	20,4	4,8	14,7	50,3	9,3	0,4	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.

A evolução recente dos mercados metropolitanos de trabalho revela os benefícios da recuperação econômica, mesmo que a taxas relativamente baixas, para a recomposição do nível de ocupação e redução da taxa de desemprego.

Ademais, os resultados mostram claramente a reconstituição da dimensão do trabalho assalariado e do grau de formalidade nestes mercados de trabalho, sugerindo que a política pública de valorização do salário mínimo e a dinamização das negociações coletivas podem estimular comportamentos mais positivos dos rendimentos do trabalho. Quanto à influência da barganha individual, ela pode favorecer certas ocupações, mas, ao menos no curto prazo, não deve afetar o comportamento dos rendimentos reais, em razão do alto desemprego prevalente nestes mercados.

2. O PERFIL DE RENDA DOS MERCADOS METROPOLITANOS DE TRABALHO

Antes de se analisar o comportamento dos rendimentos do trabalho frente à evolução do salário mínimo, faz-se necessário abordar a evolução da estrutura geral de rendimentos do mercado de trabalho, com o objetivo de dar alguns elementos para a compreensão do movimento das remunerações de base nestes espaços regionais.

Uma primeira tabulação dos microdados da PED mostra que entre 76,6% e 83,7% dos ocupados declararam, em 2006, ter rendimento diferente de zero. Ela revela ainda uma flutuação nada desprezível ao longo do tempo, que pode influenciar, mesmo que marginalmente, os indicadores de rendimentos construídos. É importante ressaltar que tais flutuações não podem ser imputadas às

mudanças na estrutura ocupacional, pois, como visto anteriormente, nota-se um incremento da participação do trabalho assalariado, obrigatoriamente relacionado a alguma remuneração monetária. Portanto, a flutuação é decorrente do levantamento de campo da pesquisa.

Com o propósito de não permitir influência espúria sobre os indicadores de rendimento foram excluídos todos os ocupados com rendimento superior a R\$ 100.000,00. Numericamente, estes casos são desprezíveis, apesar de poderem ter algum impacto relevante sobre os indicadores médios de rendimento. Por este motivo, foram excluídos de todo o processamento.

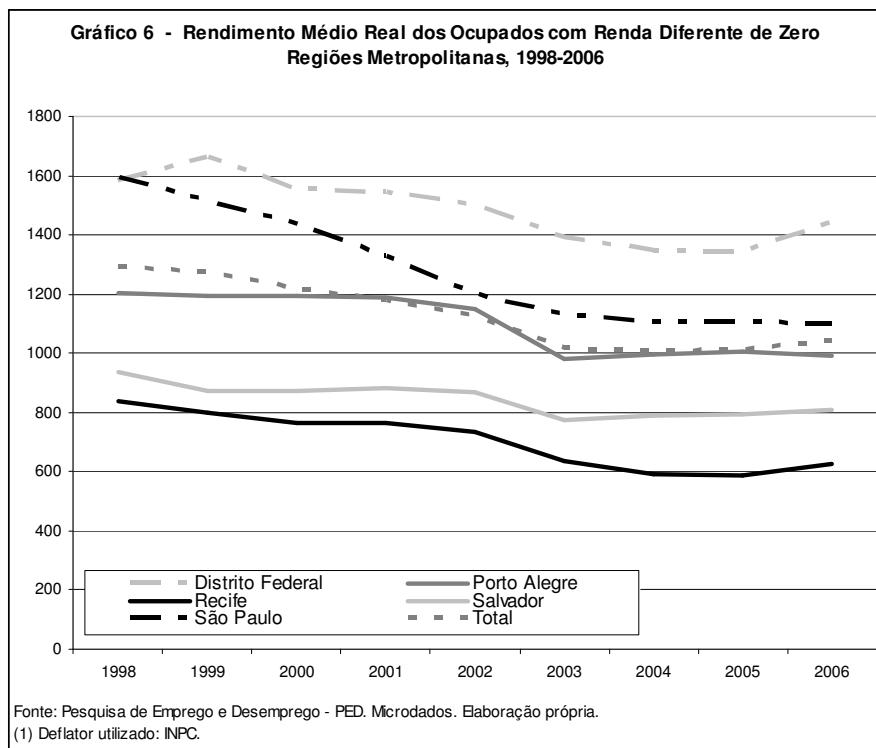
Tabela 3
Porcentagem de Ocupados com Rendimento do Trabalho Principal Diferente de Zero
Regiões Metropolitanas, 1998-2006

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Distrito Federal	80,1	79,2	79,0	78,5	80,5	80,1	81,3	79,1	76,6
Porto Alegre	92,7	89,2	88,8	90,3	89,8	97,0	87,3	86,3	83,0
Recife	86,4	86,0	86,6	86,1	85,8	83,9	80,5	78,4	78,7
Salvador	81,8	83,4	83,6	82,8	84,3	83,9	82,9	84,0	83,7
São Paulo	81,6	81,3	80,3	79,3	80,9	80,4	80,7	83,2	79,4

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.

O último esclarecimento metodológico sobre os procedimentos para tabulação da informação sobre rendimentos do trabalho na PED refere-se ao índice de preços utilizado para deflacionar os valores nominais encontrados na base de dados. Apesar da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de São Paulo adotar o Índice de Custo de Vida do DIEESE, se optou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE para deflacionar os valores nominais de todas as regiões metropolitanas. Por ser um índice nacional, que corrige inclusive o salário mínimo, considerou-se mais apropriado para estimar os rendimentos reais de regiões metropolitanas com estruturas de preços tão diferentes como observamos na realidade brasileira.

Os indicadores de rendimentos médios reais para as regiões metropolitanas consideradas podem ser analisados segundo dois períodos. Entre 1998 e 2003, é evidente a tendência de queda dos rendimentos médios em todas elas, mesmo que o movimento apresente intensidade diferenciada. A partir de 2003, observa-se a contenção deste movimento, com a recuperação do rendimento médio real em duas regiões metropolitanas (Recife e Distrito Federal) e estabilidade nas demais.



É inegável que a recuperação econômica conteve, ao menos, a deterioração da renda do trabalho que era observada nos primeiros anos da década, processo coincidente com a recomposição do nível de ocupação nos diversos mercados metropolitanos de trabalho.

Por outro lado, confirma-se a reprodução dos diferenciais de rendimentos entre regiões, não havendo redução mesmo durante a fase de declínio de seu valor real. Este resultado sugere que a economia brasileira está suficientemente integrada e metropolizada para não mais permitir que regiões tenham comportamentos diferenciados da ocupação e da renda, tendo a dinâmica dos mercados metropolitanos de trabalho determinada pelo desempenho mais geral da economia brasileira. Quando esta apresenta performance desfavorável, os mercados metropolitanos se retraem; quando ela trilha uma trajetória de recuperação, eles se recompõem. É interessante observar que tal situação é observada também para o Distrito Federal, onde a atividade da administração pública é dominante.

Avaliando ainda a evolução do rendimento médio, é importante focar o seu desempenho segundo região metropolitana e posição na ocupação. No primeiro período, as perdas foram generalizadas, notando-se reduções menos acentuadas para os empregados em todas as regiões metropolitanas. Quanto ao segundo, observam-se movimentos diferenciados, tanto por região metropolitana quanto por posição na ocupação.

Os dados apontam que não se pode considerar que, até o presente momento, a recuperação da economia tenha se traduzido em recomposição generalizada dos níveis de rendimento nos mercados metropolitanos de trabalho. Se, por um lado, ela tem sido capaz de reconstituir o nível de ocupação com efeitos já perceptíveis em termos de redução do desemprego, não se pode considerar, por outro, que ela tenha sido capaz de viabilizar a recomposição generalizada dos níveis de rendimento.

Como os dados apresentados se referem aos segmentos ocupacionais com determinantes distintos para seus rendimentos, o comportamento destes conforma uma sinalização clara dos limites da recuperação da economia em favor de um desempenho positivo dos níveis de rendimentos nos mercados de trabalho. Cabe ainda salientar que a contenção da tendência de queda do rendimento médio coincide com outra caracterizada pela redução para patamar extremamente baixo da taxa de inflação corrente. Portanto, o comportamento declinante da inflação contribuiu para este movimento de estabilização do rendimento médio real, sem o qual teria havido, provavelmente, a continuidade do processo de corrosão de seu poder de compra.

Tabela 7
Varição Anual Rendimento Médio Real dos Ocupados com Renda Diferente de Zero
Regiões Metropolitanas, 1998-2006

	1998	2003	2006	1998-2003	2003-2006
Distrito Federal	1582	1391	1442	-2,5	1,2
Empregado	1541	1382	1465	-2,2	2,0
Autônomo	951	785	731	-3,8	-2,3
Empregador	3982	3122	3340	-4,8	2,3
Profissional Liberal	4889	3897	3994	-4,4	0,8
Proprietário Negócio Familiar	1464	1147	1052	-4,8	-2,9
Porto Alegre	1205	983	989	-4,0	0,2
Empregado	1066	927	939	-2,8	0,4
Autônomo	1021	807	781	-4,6	-1,1
Empregador	3474	2187	2426	-8,8	3,5
Profissional Liberal	3932	2544	2918	-8,3	4,7
Proprietário Negócio Familiar	1551	1045	976	-7,6	-2,2
Recife	840	636	628	-5,4	-0,4
Empregado	800	645	634	-4,2	-0,5
Autônomo	571	426	412	-5,7	-1,1
Empregador	3244	2000	2211	-9,2	3,4
Profissional Liberal	3529	2878	2747	-4,0	-1,5
Proprietário Negócio Familiar	891	689	823	-5,0	6,1
Salvador	935	773	806	-3,7	1,4
Empregado	884	760	798	-3,0	1,7
Autônomo	608	499	507	-3,9	0,6
Empregador	3369	2610	2644	-5,0	0,4
Profissional Liberal	3787	3059	3154	-4,2	1,0
Proprietário Negócio Familiar	1089	821	672	-5,5	-6,5
São Paulo	1593	1131	1098	-6,6	-1,0
Empregado	1443	1071	1051	-5,8	-0,6
Autônomo	1288	782	784	-9,5	0,1
Empregador	4797	3633	3008	-5,4	-6,1
Profissional Liberal	5421	3422	3460	-8,8	0,4
Proprietário Negócio Familiar	1706	1155	1073	-7,5	-2,4

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.
 (1) Deflator utilizado: INPC.

Explicitada a trajetória do rendimento médio real, cabe analisar como a estrutura evoluiu ao longo de todo o período. Para tanto, foram calculados os indicadores de renda por percentis para cada uma das regiões metropolitanas, segundo os dois períodos.

A primeira dimensão que salta aos olhos ao analisar a evolução dos níveis de rendimentos refere-se à queda mais acentuada dos rendimentos dos estratos superiores para todas as regiões metropolitanas entre 1998 e 2003, comparativamente às observadas para os estratos inferiores.

A outra que merece destaque refere-se à recuperação mais expressiva dos rendimentos dos estratos inferiores para 2003 a 2006, mesmo porque algumas regiões continuaram a conhecer a deterioração dos rendimentos dos estratos superiores durante este segundo período.

É importante ressaltar, já neste momento, a recomposição dos rendimentos dos estratos com renda próxima ao mínimo de cada região, exceto o Distrito Federal, realçados em cinza na Tabela 8.

O Distrito Federal foi a única região onde os estratos superiores tiveram comportamento de renda relativamente mais favorável. Nas demais, aumentos mais expressivos se deram nos estratos inferiores e com rendimento de no máximo próximo ao salário mínimo.

Tabela 8
Varição Anual Rendimento dos Ocupados com Renda Diferente de Zero segundo Estratos de Reindimentos
Regiões Metropolitanas, 1998-2006

		1o Decil	2o Decil	3o Decil	4o Decil	5o Decil	6o Decil	7o Decil	8o Decil	9o Decil	95o Percentil	99o Percentil
Distrito Federal	1998-2003	1,7	0,4	-1,7	-4,8	-3,9	-1,9	-3,6	-1,7	-2,4	-1,9	-2,1
	2003-2006	0,5	-1,1	-0,8	0,3	-2,9	-4,0	-1,3	0,2	3,0	0,5	5,1
RM Porto Alegre	1998-2003	0,4	-2,3	-2,6	-3,2	-3,2	-4,0	-1,9	-4,3	-3,7	-3,2	-3,2
	2003-2006	0,5	2,7	1,3	0,7	-0,8	0,1	-2,9	-0,8	-1,5	-0,8	-0,8
RM Recife	1998-2003	-3,2	0,9	1,7	-2,4	-3,2	-4,0	-5,2	-4,0	-6,2	-7,4	-7,4
	2003-2006	6,8	0,5	1,6	3,0	1,5	-1,0	-2,1	-1,8	-0,8	0,5	0,5
RM Salvador	1998-2003	-3,2	2,6	2,1	-1,2	-2,7	-3,2	-4,5	-3,5	-4,5	-7,4	-3,2
	2003-2006	6,8	6,8	5,8	3,7	3,8	3,1	2,7	0,5	-0,4	3,8	-0,8
RM São Paulo	1998-2003	-6,4	-5,4	-4,7	-5,2	-7,0	-5,9	-7,2	-7,4	-7,4	-7,4	-5,9
	2003-2006	6,8	2,7	1,6	0,4	1,7	0,0	0,1	0,1	-3,7	-3,7	-2,1

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.
 (1) Deflator utilizado: INPC.

Estes dados sugerem que tanto as negociações coletivas quanto a barganha individual não tiveram maior capacidade de modificar positivamente a renda dos segmentos em que elas tendem a ter maior incidência sobre a ocupação, que são os estratos médio-superiores.

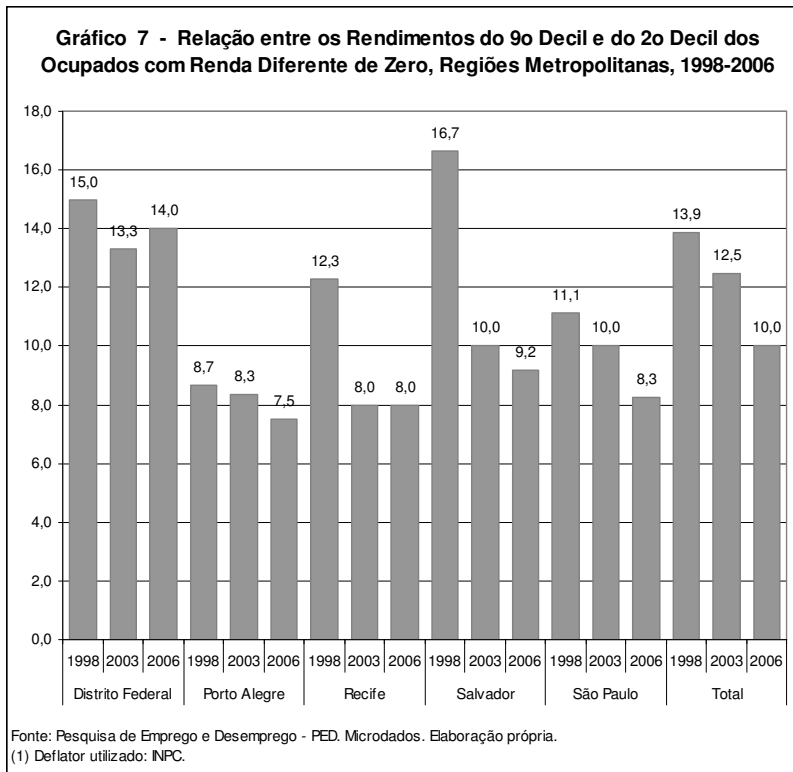
O resultado mais expressivo deste processo tem sido a queda das disparidades entre os níveis de rendimentos entre estratos da distribuição, excetuando-se mais uma vez o Distrito Federal.

Nas demais regiões é inegável a redução da dispersão entre os níveis de rendimentos do diversos estratos, que em um contexto de queda do rendimento médio, expressa que o movimento tem na desvalorização dos rendimentos dos estratos superiores um determinante relevante.

Pode-se argumentar que esta característica da queda do diferencial entre rendimentos deve ser considerada com cautela, pois, em termos do conjunto do mercado de trabalho, é evidente que a queda do rendimento médio pode ser expressão de recuo do padrão de bem-estar propiciado a partir do exercício do trabalho.

A redução do diferencial reflete tendência de maior concentração dos níveis de rendimentos em patamares mais baixos. Se por um lado, a valorização do salário mínimo permitiu elevar os rendimentos da base do mercado de trabalho, nota-se que os demais níveis tenderam a se aproximar do piso legal, por estarem trilhando uma trajetória de desvalorização. Neste sentido, a política de valorização do salário mínimo acaba se transformando principalmente em proteção ao piso salarial, ao invés de se constituir em um dos instrumentos passíveis de atuarem no mercado de trabalho em favor

de uma mudança da estrutura de remunerações focada em remunerações com maior poder de compra. A proteção às remunerações de base se faz ao mesmo tempo em que se achata a distribuição de rendimentos, com regressão do padrão médio potencial de bem-estar propiciado pelo mercado de trabalho.



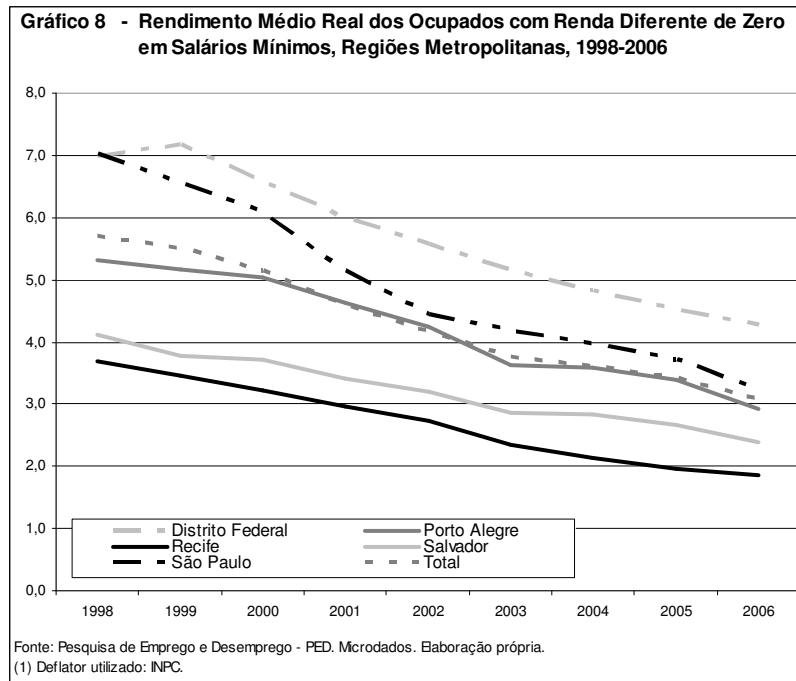
Parece ser difícil acreditar na sustentabilidade da política de valorização do salário mínimo com um comportamento desta natureza da estrutura de rendimentos. A política de salário mínimo somente faz sentido se for parte de um movimento de recomposição dos rendimentos no mercado de trabalho, no qual ela permite ganhos mais expressivos para os rendimentos mais baixos.

Esta parece ser uma contradição que ainda carrega a recuperação econômica recente que já havia sido sinalizada neste documento. Contradição que tem implicações mais significativas nas regiões metropolitanas em razão destas apresentarem níveis mais elevados de custo de vida, muitas vezes determinada pelos preços de moradia e transporte.

A deterioração da estrutura de rendimentos tende a ampliar os constrangimentos que a população conhece em relação a estes dois itens, induzindo o movimento de favelização já exacerbado que as regiões metropolitanas conhecem por várias décadas. A proteção das remunerações de base pode

minimizar a situação de pobreza das famílias de baixa renda, mas é insuficiente para permitir que elas possam conhecer uma mudança em seus padrões de condições de vida.

Este argumento ganha força quando se analisa a evolução do rendimento médio em salários mínimos das regiões metropolitanas e se constata que eles conheceram um processo de redução que extrapola o ganho real que a remuneração legal teve durante o período, acumulado em 50%.



É importante explicitar que mesmo os estratos de renda mais baixos não conseguiram acompanhar a evolução do salário mínimo, como atesta os resultados apresentados na Tabela 9. Pode-se perceber que, em grande medida, o segundo e terceiro decis se aproximaram claramente do valor do salário mínimo. Quanto aos demais, se aproximaram do piso legal com velocidade que extrapola os ganhos reais que este conheceu.

Tabela 9
Rendimento dos Ocupados com Renda Diferente de Zero Em Salário Mínimo segundo Estratos de Rendimentos
Regiões Metropolitanas, 1998-2006

		1o Decil	2o Decil	3o Decil	4o Decil	5o Decil	6o Decil	7o Decil	8o Decil	9o Decil	95o Percentil	99o Percentil
Distrito Federal	1998	1,2	1,6	2,1	2,8	3,6	4,8	7,2	9,6	15,9	23,9	42,2
	2003	1,1	1,4	1,6	1,8	2,5	3,6	5,0	7,3	11,8	18,2	31,8
	2006	0,9	1,1	1,2	1,5	1,8	2,6	3,8	5,9	10,4	14,8	29,6
Porto Alegre	1998	1,3	1,8	2,2	2,6	3,2	4,0	4,8	6,8	11,1	15,9	31,9
	2003	1,1	1,4	1,6	1,8	2,3	2,7	3,6	4,5	7,7	11,4	22,7
	2006	0,9	1,2	1,4	1,5	1,8	2,2	2,7	3,5	5,9	8,9	17,7
Recife	1998	0,6	1,0	1,2	1,6	1,9	2,4	3,2	4,5	8,0	12,7	31,8
	2003	0,5	0,9	1,1	1,2	1,4	1,6	2,0	2,7	4,5	7,3	18,2
	2006	0,4	0,7	0,9	1,0	1,1	1,3	1,5	2,1	3,5	5,9	14,8
Salvador	1998	0,6	1,0	1,2	1,6	2,0	2,5	3,6	5,2	9,6	15,9	31,8
	2003	0,5	0,9	1,1	1,2	1,5	1,8	2,4	3,6	6,4	9,1	22,7
	2006	0,4	0,9	1,0	1,1	1,3	1,6	2,1	3,0	5,0	8,1	17,7
São Paulo	1998	1,5	2,1	2,6	3,2	4,0	4,8	6,4	9,6	15,9	23,9	47,8
	2003	0,9	1,4	1,7	2,0	2,3	3,0	3,7	5,5	9,1	13,6	29,5
	2006	1,1	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7	0,6	0,7	0,6	0,6	0,8
Total	1998	1,0	1,4	1,9	2,4	3,1	4,0	5,2	8,0	12,7	19,9	39,8
	2003	0,9	1,1	1,4	1,7	2,0	2,6	3,5	4,5	8,6	13,6	27,3
	2006	0,7	1,0	1,2	1,4	1,7	2,1	2,7	3,8	6,5	10,4	23,7

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.
 (1) Deflator utilizado: INPC.

Esta avaliação da evolução geral da estrutura de rendimentos dos mercados metropolitanos de trabalho é fundamental para o desdobramento da análise deste documento, quando o papel do salário mínimo nestes mercados passará a ser explorado.

É essencial que sejam explicitados os constrangimentos mais gerais que a dinâmica econômica coloca para a política de valorização do salário mínimo, para que não se espere desta um alcance que escapa de seu escopo de política pública orientada para alavancar a recuperação dos salários de parcela da força de trabalho desprovida de poder de negociação coletiva ou de barganha individual.

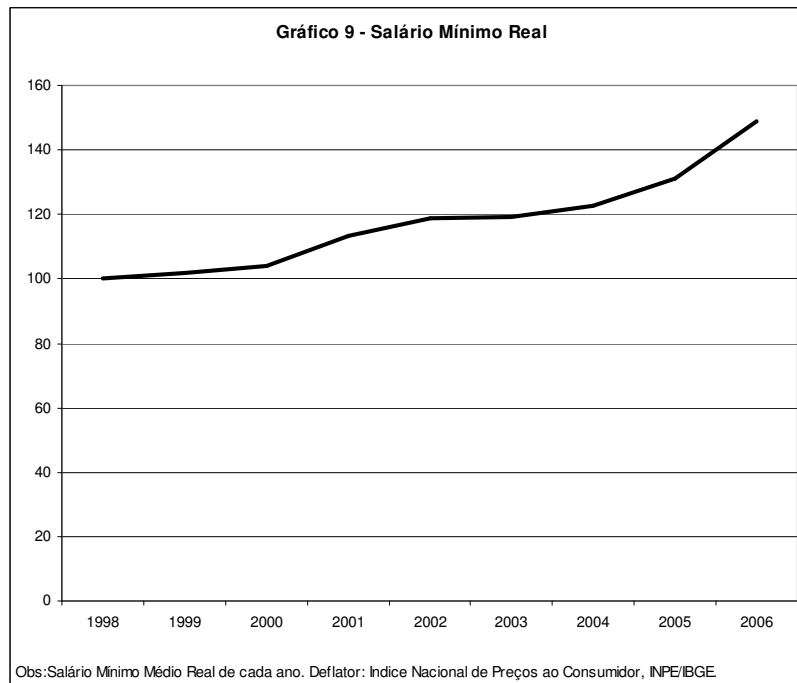
3. O SALÁRIO MÍNIMO E OS MERCADOS METROPOLITANOS DE TRABALHO

Nos últimos nove anos, o salário mínimo nacional tem conhecido uma trajetória inédita desde sua criação. Durante todo o período, ele tem experimentado ganhos reais de seu poder de compra. Apesar da sua valorização não lhe propiciar um valor real compatível com as necessidades mínimas do trabalhador brasileiro, é incontestável o incremento de seu valor real.

A regulação pública do piso legal de remuneração do mercado de trabalho tem como principal justificativa a situação de desvantagem vivida pelos trabalhadores da base do mercado de trabalho, seja devido à precariedade do seu perfil de qualificação, seja em razão da ausência de outros mecanismos institucionais, como a negociação coletiva, que os amparem.

A estratégia de elevação do piso salarial adotada pelos governos, desde a segunda metade da década passada, tem por objetivo regular a remuneração de base do mercado de trabalho para estes segmentos com nítida desvantagem em termos de defesa de seus rendimentos.

Para que esta proteção se faça efetiva, é fundamental que ela não seja acompanhada do aumento da informalidade e da parcela recebendo abaixo do piso legal. Ademais, é importante que ela atinja segmentos com nítida desvantagem, como os jovens, as mulheres, os negros e os com baixa escolaridade.

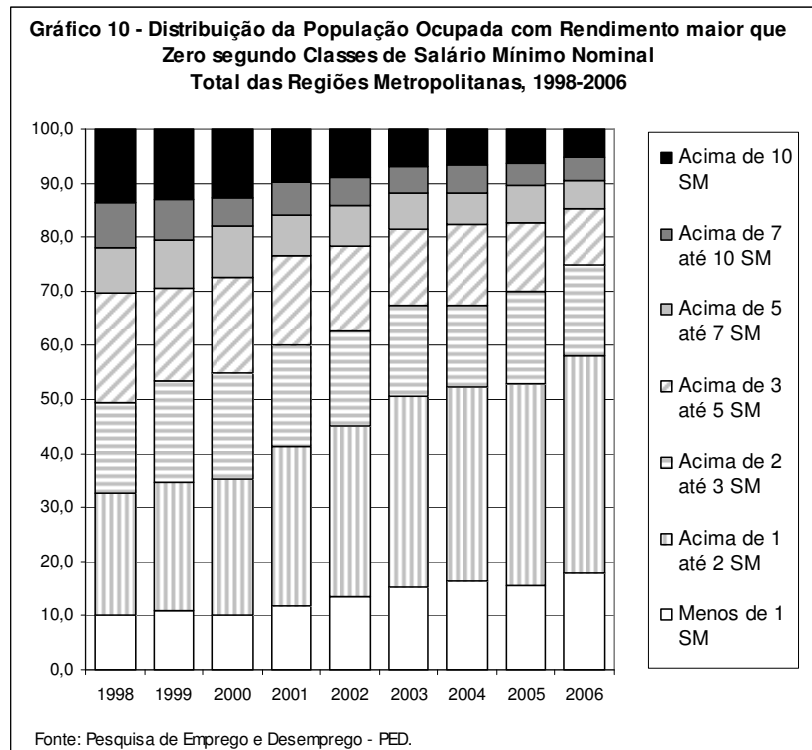


A análise da distribuição dos ocupados segundo classes de salário mínimo nominal mostra dois movimentos mais importantes.

Entre 2001 e 2003, os aumentos do salário mínimo, adotados em um contexto de acentuada instabilidade econômica e tensão inflacionária, foram acompanhados de ampliação da parcela recebendo menos que o piso legal. Deste modo, constata-se que parte do efeito de elevação do mínimo pode ter sido esterilizado pelo incremento de ocupados com rendimento inferior ao salário mínimo.

Porém, desde 2003 a parcela se encontra estável apesar dos aumentos reais do salário mínimo adotados em 2004 e 2005. Fato que evidencia que a política de valorização do salário mínimo não encontra uma associação direta com o aumento da parcela de ocupados recebendo abaixo do piso legal. Esta associação deve depender das condições da economia e suas relações com o mercado de trabalho.

Não parece ser legítimo associar este aumento à política de salário mínimo. O ambiente de deterioração das condições de ocupação em um contexto de ascensão da inflação deve estar na raiz do movimento. A sua interrupção a partir de 2003, quando o salário mínimo passa a conhecer aumentos mais expressivos e a economia volta a se recuperar, chancela o argumento apresentado. Isto é, a evolução recente da estrutura ocupacional indica que a política de valorização do salário mínimo ganha impulso, em termos de seus efeitos positivos sobre a base do mercado de trabalho, quando a economia recupera seu dinamismo.



O outro movimento observado é a continua concentração dos ocupados na classe de renda entre um e dois salários mínimos. Entre 1998 e 2006, a parcela de ocupados auferindo rendimentos neste intervalo cresceu de 22% para 40% dos ocupados do conjunto das regiões metropolitanas analisadas.

Duas razões podem explicar, ao menos, este movimento. A primeira deriva do aumento do salário mínimo observado no período, próximo a 25% em termos reais, que não foi acompanhado pela estrutura de rendimentos, mesmo para as ocupações com remuneração mais próxima do piso legal. A outra se vincula ao padrão de geração de novos postos de trabalho ocorrida nestes anos, fortemente

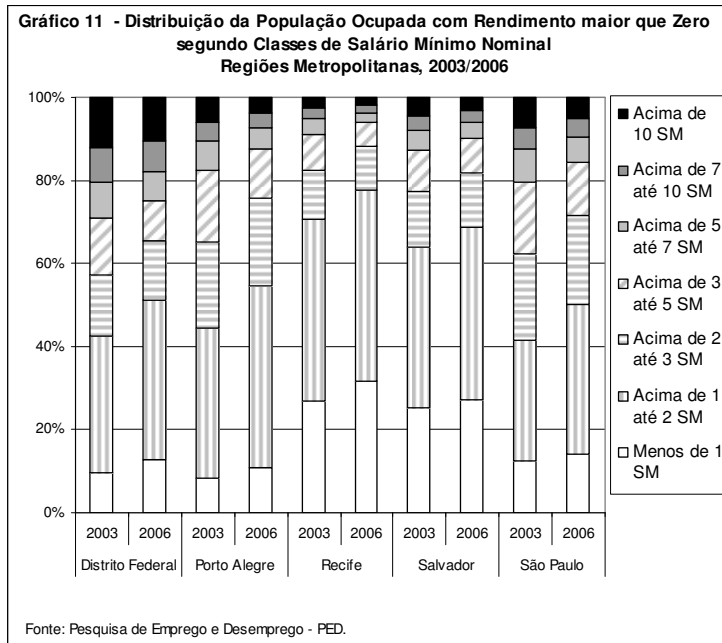
concentrada ao redor do piso legal. Reforça-se deste modo a importância da política de salário mínimo para sustentação da remuneração de base do mercado de trabalho, seja porque ela determina o comportamento da remuneração de base do mercado de trabalho, seja porque ela é referência para a remuneração dos postos de trabalho criados pela recuperação econômica.

Cabe ressaltar ainda que a concentração da estrutura ocupacional ao redor do salário mínimo vem sendo uma característica comum a todos os mercados metropolitanos de trabalho, independentemente do grau de desenvolvimento da estrutura produtiva local.

É evidente que a concentração se apresenta mais elevada nas regiões metropolitanas da Região Nordeste, onde inclusive é encontrada uma expressão mais ponderável de ocupados recebendo abaixo do piso legal. A concentração da estrutura ocupacional expressa a precariedade de renda presente nestes mercados e sinaliza a importância da política para a conformação do padrão de rendimentos neles prevalentes.

Por outro lado, é preciso explicitar que, frente à debilidade recorrente das condições de ocupação com desvalorização dos níveis de rendimentos, o salário mínimo tem ampla aderência em mercados de trabalho mais estruturados, como os das regiões metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre.

Os dados da PED explicitam a inserção do piso legal nos mercados metropolitanos de trabalho, independentemente do grau de desenvolvimento das estruturas produtivas locais ou das características particulares que cada um carrega. Por outro lado, a concentração sinaliza que tanto as negociações coletivas como a barganha individual não têm influenciado, até o momento, o comportamento das estruturas ocupacionais metropolitanas.



A questão que deve ser tratada a seguir remete-se ao desempenho do segmento não formal, isto é sem contribuição para a previdência social, frente a estas alterações na estrutura ocupacional.

A grande preocupação que sempre ronda a política de valorização do salário mínimo diz respeito à possibilidade dela estimular as ocupações que não contribuem para a previdência social, ampliando a expressiva informalidade já presente no mercado de trabalho brasileiro.

Esta preocupação não é despropositada, pois o longo período de ausência de crescimento e de desvalorização dos rendimentos do trabalho pode se constituir em uma restrição à incorporação de um maior salário mínimo pelo mercado de trabalho. Os segmentos de atividade de menor produtividade ou rentabilidade podem optar por contratar força de trabalho sem o cumprimento das determinações legais.

Contudo, esta restrição não deve justificar o abandono da política de salário mínimo, mas deve orientá-la no sentido de se buscar o seu deslocamento, através da adoção de outros instrumentos de política pública convergentes com as necessidades de geração de emprego e renda.

Feitas estas ressalvas, cabe analisar a evolução das estruturas ocupacionais metropolitanas em termos da contribuição para a previdência social. Os resultados revelam que a contribuição tem aumentado nas classes de rendimento mais baixo, próximas ao salário mínimo, e em todas as regiões metropolitanas.

A valorização do salário mínimo ocorre em conjunto com uma elevação do grau de formalização em todas as classes de rendimentos, mostrando que não existe, a priori, uma relação contraditória entre maior poder de compra do piso legal e cumprimento das determinações legais das relações de trabalho.

Tabela 10
Porcentagem de Ocupados com Contribuição para a Previdência Social no Total de Ocupados
segundo Classes de Salário Mínimo
Regiões Metropolitanas, 1998-2006

		Menos de 1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 até 7 SM	Acima de 7 até 10 SM	Acima de 10 SM
Distrito Federal	1998	11,2	45,8	67,6	72,2	82,0	86,3	90,6
	2003	13,8	61,8	71,1	76,6	83,9	86,7	86,3
	2006	16,2	66,2	71,7	77,5	83,6	89,5	90,4
Porto Alegre	1998	22,5	61,1	76,2	77,5	86,2	87,3	90,8
	2003	17,7	66,7	75,5	80,7	86,5	88,3	90,7
	2006	22,9	73,1	81,5	87,4	89,4	90,6	94,5
Recife	1998	11,5	57,7	71,4	72,1	76,5	76,5	85,5
	2003	12,9	67,9	71,5	77,6	80,6	85,3	86,2
	2006	18,3	73,8	75,6	80,7	81,2	85,2	90,7
Salvador	1998	14,5	56,3	71,8	72,2	83,6	80,6	84,6
	2003	15,1	66,3	75,1	78,7	80,1	79,7	84,7
	2006	17,8	71,9	77,8	82,1	83,6	81,3	86,9
São Paulo	1998	6,2	33,8	64,5	70,4	76,7	78,9	82,6
	2003	6,8	54,0	72,6	74,6	82,4	78,8	83,7
	2006	11,1	61,8	74,4	81,1	82,6	81,4	85,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.

É importante ressaltar que o avanço do grau de formalização ocorreu nas diversas regiões metropolitanas, com menor vigor naquela de Porto Alegre. Nas duas regiões do Nordeste é visível o aumento da formalização nas classes de rendimento mais baixas, sendo que são justamente nestes mercados que o salário mínimo tem papel mais proeminente e onde as estruturas produtivas apresentam-se mais heterogêneas e menos dinâmicas.

A análise dos resultados propiciados pela PED sinaliza que, até o momento, a política de valorização do salário mínimo não foi um empecilho para o avanço do grau de formalização dos mercados metropolitanos de trabalho e para a redução do desemprego, em um ambiente de recuperação da atividade econômica.

Ademais, ela revela que a aceleração do crescimento poderia reiterar e amplificar formalização destes mercados de trabalho, bem como reduzir os impactos da política de salário mínimo sobre os custos dos segmentos mais frágeis das estruturas produtivas metropolitanas.

A tendência de maior formalização das relações de trabalho é também observada quando ela é avaliada segundo posição na ocupação. Nota-se um incremento do grau de formalização nas classes de rendimentos mais baixos, excetuando-se para aquelas inferiores ao salário mínimo dos autônomos e

donos de negócio familiar. Por outro lado, constata-se o recuo do grau de formalização nas classes mais altas de rendimento, fato que não pode ser associado à política de valorização do salário mínimo, por ela não atingir os segmentos de maior renda da estrutura ocupacional.

Tabela 11
Porcentagem de Ocupados com Contribuição para a Previdência Social no Total de Ocupados segundo
Posição na Ocupação e Classes de Salário Mínimo
Regiões Metropolitanas, 1998-2006

		Menos de 1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 até 7 SM	Acima de 7 até 10 SM	Acima de 10 SM	Total
Empregado	1998	18,8	60,5	79,4	85,4	91,5	93,6	95,6	75,8
	2003	19,9	71,8	84,9	89,5	93,3	94,3	94,0	74,9
	2006	25,3	77,2	87,9	91,8	93,8	94,8	95,4	76,2
Autônomo	1998	4,8	9,5	14,2	20,6	30,0	38,0	46,7	17,4
	2003	3,8	10,6	17,5	26,9	35,0	34,6	48,7	13,8
	2006	4,5	11,3	22,7	32,0	41,7	44,4	51,3	14,1
Empregador	1998	26,7	33,9	44,8	57,0	59,1	70,4	78,8	70,4
	2003	23,6	30,1	48,8	58,8	67,0	70,5	73,8	63,0
	2006	30,1	40,3	52,7	61,0	70,0	70,5	77,3	63,5
Profissional Liberal	1998	14,3	25,0	60,0	48,5	62,7	68,7	78,7	73,1
	2003	39,1	35,3	42,0	58,8	58,2	63,8	70,5	62,5
	2006	29,6	38,6	51,1	54,8	60,1	69,3	73,5	62,8
Dono de Negócio Familiar	1998	13,2	21,2	31,8	41,5	45,3	55,9	62,3	40,5
	2003	12,6	22,8	33,2	45,6	48,7	48,0	56,6	34,0
	2006	11,8	29,7	40,8	56,6	42,6	50,0	69,2	35,3

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.

A característica positiva da estrutura ocupacional em termos de aumento do grau de formalização não se confirma quando se incorpora a dimensão de gênero à discussão.

Na classe de renda inferior ao salário mínimo, mantém-se elevada e sem qualquer recuo a parcela de mulheres. Por outro lado, nota-se a retração desta parcela nas classes imediatamente superiores ao salário mínimo e leve aumento para as classes mais elevadas.

Estando a geração de novas oportunidades ocupacionais concentradas ao redor do salário mínimo, tem-se como resultado a redução da participação das mulheres nestas classes de rendimento associado a uma distribuição desigual do aumento do nível de ocupação em favor dos homens. As alterações na estrutura ocupacional revelam que as mulheres têm sido relativamente menos beneficiadas pela recuperação do mercado de trabalho.

Tabela 12
Porcentagem de Ocupados do Sexo Feminino no Total de Ocupados segundo Posição na
Ocupação e Classes de Salário Mínimo
Regiões Metropolitanas, 1998-2006

		Menos de 1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 até 7 SM	Acima de 7 até 10 SM	Acima de 10 SM	Total
Distrito Federal	1998	71,1	63,0	47,7	37,6	38,1	37,7	37,6	46,8
	2003	70,7	56,4	40,1	41,1	45,5	38,6	34,3	48,2
	2006	72,9	52,6	36,9	40,7	44,4	43,2	34,7	48,6
Porto Alegre	1998	64,4	58,1	46,5	32,2	28,2	33,2	27,1	41,3
	2003	65,7	54,2	36,2	31,0	32,0	35,2	30,3	43,5
	2006	66,0	52,0	33,9	30,3	35,0	33,0	29,6	44,8
Recife	1998	60,5	47,8	33,6	27,9	29,4	31,8	28,8	42,2
	2003	58,0	43,8	30,5	29,4	32,8	32,0	26,3	43,6
	2006	57,8	42,1	30,4	32,0	31,7	35,5	27,7	44,6
Salvador	1998	64,4	53,6	38,5	35,8	37,5	39,5	28,9	47,0
	2003	64,6	48,7	36,2	36,9	38,8	35,4	29,9	48,1
	2006	62,6	46,5	35,3	38,1	41,2	35,0	28,2	47,6
São Paulo	1998	66,2	60,9	51,6	39,1	34,5	32,2	28,3	42,6
	2003	67,4	54,3	39,2	34,0	32,7	34,2	28,9	44,7
	2006	68,9	53,4	35,4	34,9	34,5	33,5	29,2	46,1

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.

A evolução da estrutura ocupacional segundo cor/raça repete o comportamento observado para o enfoque de gênero. Os negros continuam mantendo elevada participação na classe de rendimento abaixo do salário mínimo, bem como perdem espaço para aquelas com rendimento igual ou superior ao piso legal, exceção feita às regiões onde a população negra é dominante.

Mais uma vez se repete o processo observado sob a ótica de gênero. As ocupações criadas tendem a favorecer relativamente mais a população branca ou amarela. Tendência que não é reiterada para os mercados de trabalho nos quais a população negra domina a estrutura ocupacional.

Tabela 13
Porcentagem de Ocupados de Cor/Raça Negra no Total de Ocupados segundo Posição na Ocupação
e Classes de Salário Mínimo
Regiões Metropolitanas, 1998-2006

		Menos de 1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 até 7 SM	Acima de 7 até 10 SM	Acima de 10 SM
Distrito Federal	1998	69,4	73,4	69,7	66,0	62,1	59,8	51,4
	2003	78,0	74,7	69,4	64,2	59,0	58,5	47,6
	2006	73,9	71,2	65,0	61,4	57,7	57,5	47,3
Porto Alegre	1998	18,4	16,3	13,2	10,2	7,8	6,4	3,7
	2003	16,3	14,1	10,7	7,1	6,9	4,9	2,9
	2006	20,4	16,8	10,1	8,8	5,8	5,0	4,1
Recife	1998	70,1	69,4	63,7	59,7	53,6	49,4	36,1
	2003	76,8	73,2	66,4	61,5	60,1	45,9	40,9
	2006	82,6	79,4	73,3	68,4	64,0	58,0	52,1
Salvador	1998	90,9	87,2	82,7	77,0	70,7	61,8	54,9
	2003	93,6	90,5	84,9	79,1	75,6	68,0	56,1
	2006	93,4	89,7	80,4	78,6	69,3	67,6	57,1
São Paulo	1998	42,8	42,6	41,4	35,6	28,2	22,4	11,6
	2003	48,5	45,9	39,5	31,1	22,9	17,3	9,5
	2006	47,5	45,0	35,3	26,5	19,8	16,3	8,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.

Aqui se evidencia uma dimensão da recomposição do mercado de trabalho que merece mais atenção das políticas públicas: as desvantagens que a população feminina e/ou negra pode ter em relação à inserção no mercado de trabalho, que a coloca em situação desfavorável em termos de incorporação às novas oportunidades ocupacionais criadas. É fundamental que a política pública busque ampliar estas oportunidades, reduzindo e superando a discriminação no mercado de trabalho que atinge estas populações.

Tabela 14
Porcentagem de Ocupados com Até 24 Anos no Total de Ocupados segundo Posição na Ocupação e
Classes de Salário Mínimo
Regiões Metropolitanas, 1998-2006

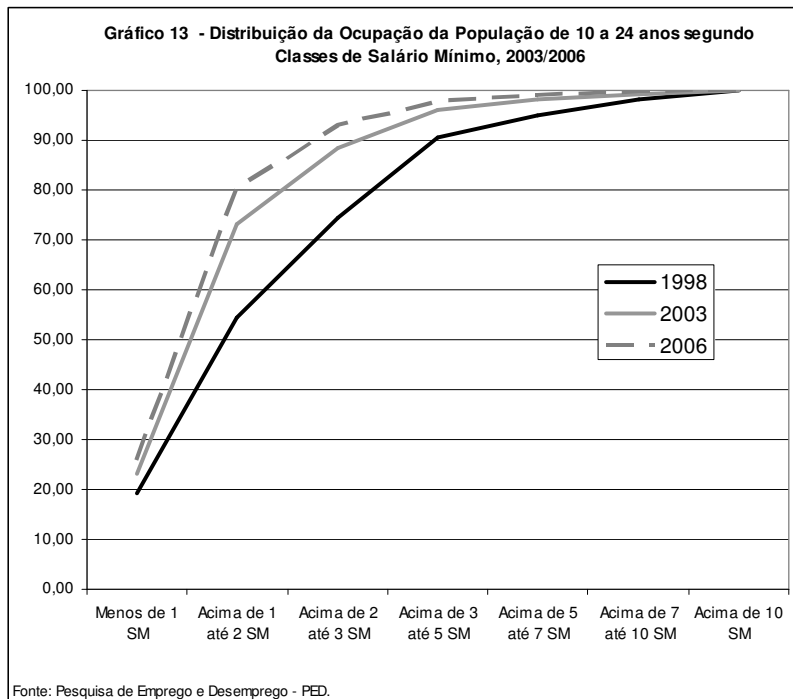
		Menos de 1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 até 7 SM	Acima de 7 até 10 SM	Acima de 10 SM
Distrito Federal	1998	45,7	47,6	31,2	21,3	16,1	11,0	3,3
	2003	36,2	35,6	23,6	15,0	7,9	5,4	2,6
	2006	32,0	30,8	17,1	12,3	6,4	3,4	1,3
Porto Alegre	1998	38,6	37,7	28,4	16,2	8,8	6,3	2,9
	2003	31,9	33,7	18,6	9,7	5,4	3,9	1,7
	2006	31,0	28,9	14,1	7,8	4,2	2,7	0,9
Recife	1998	37,8	28,7	18,9	12,1	7,0	5,1	2,9
	2003	29,6	22,7	11,8	6,7	3,0	1,9	0,8
	2006	25,3	18,9	7,8	5,1	3,1	1,4	1,3
Salvador	1998	45,5	34,2	19,0	12,0	7,3	5,0	2,1
	2003	34,3	25,8	12,0	6,7	5,0	4,3	1,4
	2006	30,1	21,6	10,6	5,9	3,5	3,8	1,3
São Paulo	1998	41,0	42,5	38,6	25,7	17,9	10,8	4,2
	2003	32,8	34,0	23,1	15,4	8,3	5,1	2,4
	2006	29,9	31,4	18,3	10,6	6,2	3,9	1,2

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.

Quanto à composição por idade, verifica-se uma redução da parcela de ocupados com até 24 anos em todas as classes de salário mínimo, sinalizando um processo de envelhecimento da estrutura ocupacional. Este processo atinge, inclusive, a composição da ocupação com rendimento inferior ao piso legal, em que os jovens perdem participação.

Os dados mostram, por outro lado, que a redução da população jovem entre os ocupados não decorre de um comportamento desfavorável da taxa de desemprego. Esta caiu entre 2003 e 2006, ficando estável neste último ano em relação ao anterior.

A recuperação do mercado de trabalho tem aberto espaço para o ingresso dos jovens, se considerado que a queda da taxa específica de desemprego é um indicador representativo da redução das barreiras à entrada do segmento populacional no mercado de trabalho. Mais uma vez, merece atenção o desempenho do segmento ocupacional dos jovens, com o objetivo de qualificar a redução de sua participação na estrutura ocupacional.

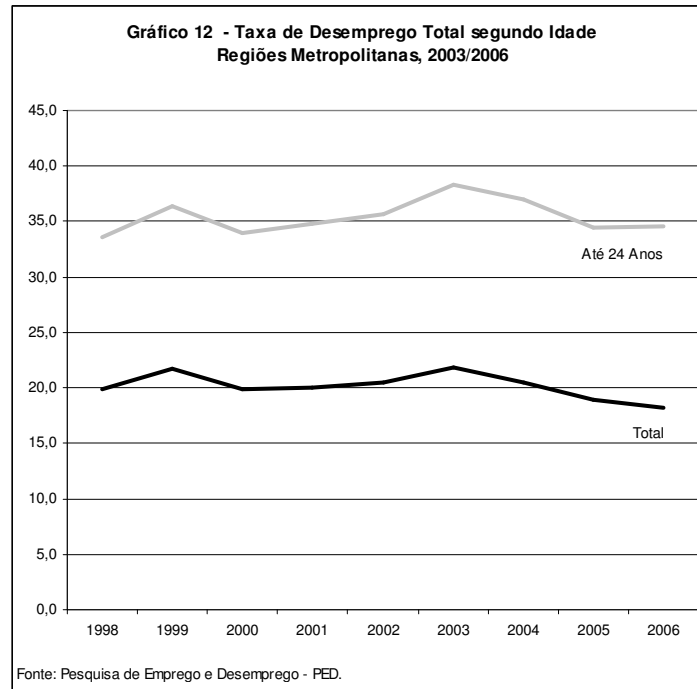


É importante que sejam analisados os determinantes desta redução, explicitando possível influência da componente demográfica ou da permanência dos jovens no sistema escolar, ou ambas as possibilidades.

O essencial a ressaltar é que os dados não sugerem que a política de valorização do salário mínimo venha excluindo os jovens do movimento de recuperação da economia. Nota-se o recuo da sua taxa de desemprego e tendências comuns de queda de sua participação em todas as classes de salário mínimo.

Ademais, é relevante frisar que a experiência progressiva indica que a aceleração ou a continuidade do crescimento tende a gerar certa escassez de força de trabalho com maior experiência, ampliando os espaços para a inserção de jovens na atividade econômica. Neste sentido, existe a possibilidade de maior absorção de jovens pelo mercado de trabalho se for reproduzida a trajetória de crescimento para os próximos anos.

Do ponto de vista da política pública, é preciso dar atenção para possíveis estímulos que a recuperação do mercado de trabalho pode ter para a saída precoce dos jovens do sistema escolar. Portanto, a preocupação deve se voltar para a redução do desemprego dos jovens, mas também para possíveis riscos de competição do mercado de trabalho com o processo educacional.



Do ponto de vista do nível de escolaridade, nota-se também a redução da parcela de ocupados com até o ensino fundamental incompleto no total dos ocupados para todas as classes de salário mínimo.

É importante observar que a redução tende a ser mais acentuada para os estratos de renda acima de dois salários mínimos. A mudança na estrutura ocupacional por escolaridade indica estar se reiterando a concentração dos ocupados de baixa escolaridade nas faixas de até dois salários mínimos, em especial naquela com renda inferior ao piso legal, apesar do movimento de redução observado em todas as classes.

Tabela 15
Porcentagem de Ocupados com Até Fundamental Incompleto no Total de Ocupados segundo Classes de Salário Mínimo
Regiões Metropolitanas, 1998-2006

		Menos de 1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 até 7 SM	Acima de 7 até 10 SM	Acima de 10 SM	Total
Distrito Federal	1998	72,8	62,1	51,4	36,7	25,7	12,3	4,9	36,9
	2003	54,5	41,9	29,6	18,9	10,8	4,6	2,3	27,5
	2006	49,8	35,3	23,2	12,2	7,6	3,5	1,6	25,4
Porto Alegre	1998
	2003
	2006
Recife	1998	73,1	58,8	41,9	31,6	19,0	11,8	5,5	47,2
	2003	62,7	42,6	25,4	16,1	8,4	4,7	2,8	40,4
	2006	54,3	33,6	17,4	8,4	5,4	4,3	1,3	35,2
Salvador	1998	72,9	55,7	38,6	26,5	14,1	7,9	4,4	42,8
	2003	56,5	37,0	22,2	11,6	6,6	4,6	2,8	33,3
	2006	49,0	29,1	15,5	8,2	5,0	3,2	1,5	28,5
São Paulo	1998	70,8	64,3	58,1	49,0	34,8	24,9	10,7	43,1
	2003	59,2	46,3	38,7	26,6	15,7	10,8	4,2	35,6
	2006	52,7	36,5	27,3	17,8	10,5	6,9	2,7	29,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.

Obs.: Em razão de problemas com a variável sobre escolaridade na base de dados primária para Porto Alegre, em 2003, foram omitidos os dados para todos os anos para esta região metropolitana.

Os dados apresentados na Tabela 16 trazem a evidência deste argumento. Com exceção da Região Metropolitana de São Paulo, todas as demais conheceram um aumento substantivo de ocupados na classe de até um salário mínimo e também naquela de mais de um a dois salários mínimos.

Tabela 16
Distribuição dos Ocupados com Até Fundamental Incompleto segundo Classes de Salário Mínimo
Regiões Metropolitanas, 1998-2006

		Menos de 1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 até 7 SM	Acima de 7 até 10 SM	Acima de 10 SM	Total
Distrito Federal	1998	12,3	36,6	21,3	17,9	5,8	3,5	2,6	100,0
	2003	18,8	50,4	15,6	9,4	3,4	1,4	1,0	100,0
	2006	24,8	53,6	13,2	4,5	2,2	1,0	0,7	100,0
Porto Alegre	1998
	2003
	2006
Recife	1998	30,4	42,2	13,2	10,1	2,2	1,1	0,8	100,0
	2003	41,5	46,3	7,5	3,4	0,8	0,3	0,2	100,0
	2006	48,9	43,9	5,2	1,4	0,4	0,2	0,1	100,0
Salvador	1998	34,6	39,4	12,9	9,3	1,9	1,0	0,9	100,0
	2003	42,8	43,0	8,9	3,5	1,0	0,5	0,4	100,0
	2006	47,0	42,4	7,1	2,4	0,7	0,3	0,2	100,0
São Paulo	1998	8,4	19,8	24,4	28,4	8,7	6,0	4,3	100,0
	2003	20,9	37,8	22,5	12,8	3,6	1,5	0,9	100,0
	2006	25,0	44,2	19,4	7,7	2,2	1,1	0,4	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.

Obs.: Em razão de problemas com a variável sobre escolaridade na base de dados primária para Porto Alegre, em 2003, foram omitidos os dados para todos os anos para esta região metropolitana.

O aspecto relevante a ser ressaltado diz respeito ao fato da estrutura ocupacional estar vivenciando um processo de concentração de seu perfil ao redor do salário mínimo, com o movimento que atenua a concentração dos ocupados com baixo grau de escolaridade nas classes de renda de até dois salários mínimos.

A última dimensão importante a ser explorada neste estudo refere-se ao perfil da estrutura de rendimentos segundo setor de atividade. Os resultados da PED revelam o processo de concentração da estrutura ocupacional ao redor do salário mínimo em todos os setores de atividade econômica.

Merece destaque o aumento mais acentuado da parcela com renda inferior ao salário mínimo nos diversos setores entre 1998 e 2003, tendência que se atenua entre 2003 e 2006, com exceção do segmento que incorpora todo o emprego doméstico. Os dados mostram que quase 45% dos empregados domésticos recebem menos de um salário mínimo.

Tabela 18
Porcentagem de Ocupados no Total de Ocupados segundo Setor de Atividade e Classes de Salário Mínimo
Regiões Metropolitanas, 1998-2006

		Menos de 1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 até 7 SM	Acima de 7 até 10 SM	Acima de 10 SM	Total
Indústria Transformação	1998	4,2	19,1	19,7	23,6	9,5	9,0	14,9	100,0
	2003	7,8	35,5	21,0	16,7	7,3	4,9	6,9	100,0
	2006	9,2	42,5	21,6	12,3	5,5	4,1	4,7	100,0
Construção Civil	1998	6,7	21,7	23,1	28,6	7,5	5,7	6,8	100,0
	2003	13,2	38,1	25,5	14,2	3,8	2,4	2,8	100,0
	2006	17,7	47,2	20,7	7,7	2,7	1,8	2,2	100,0
Comércio	1998	12,6	24,2	19,2	20,7	7,3	6,7	9,3	100,0
	2003	18,8	40,1	18,1	11,9	4,5	3,2	3,3	100,0
	2006	20,5	47,3	16,8	7,4	3,5	2,3	2,1	100,0
Serviços	1998	7,2	18,4	14,8	21,2	9,9	10,5	18,0	100,0
	2003	11,3	30,9	16,7	16,2	8,8	6,7	9,4	100,0
	2006	13,4	36,1	17,7	12,4	7,0	5,9	7,6	100,0
Serviços domésticos	1998	26,5	47,3	16,3	8,0	1,3	0,4	0,1	100,0
	2003	39,0	50,4	8,4	2,0	0,2	0,1	0,0	100,0
	2006	44,6	49,3	5,1	0,8	0,1	0,0	0,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Microdados. Elaboração própria.

A análise realizada a partir dos dados da PED mostra, portanto, que a recuperação econômica tem tido resultados positivos sobre os mercados metropolitanos de trabalho, evidenciados pela redução do desemprego propiciada pela recomposição do nível de ocupação que vem favorecendo a elevação do grau de formalização das estruturas ocupacionais. Até 2006, não se vislumbrou a retomada do rendimento médio real como movimento comum aos diversos mercados de trabalho.

Os dados revelam que a política de valorização do salário mínimo foi decisiva para proteger os baixos rendimentos, bem como para atenuar o recuo do rendimento médio real observado ao longo do período.

A influência da política de salário mínimo sobre as baixas remunerações não tem impedido a redução da informalidade nestes mercados, apesar de ser necessário reconhecer que ela continua ainda bastante elevada.

Os resultados revelam, ademais, que a política de valorização do salário mínimo é convergente com a recomposição do mercado de trabalho em uma trajetória de recuperação da atividade econômica.

Até o presente momento, este movimento tem atenuado os problemas de emprego e de renda para os segmentos ocupacionais de menor rendimento, tendência que poderá ser difundida para o conjunto da estrutura ocupacional em uma trajetória de crescimento com fortalecimento das negociações coletivas.

Em suma, o estudo revela que a política de valorização do salário mínimo tem sido uma iniciativa bem-sucedida e que pode ter seus efeitos amplificados pela elevação da capacidade de geração de novas oportunidades ocupacionais propiciada pela aceleração do crescimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bahia, Análise e Dados (2007) 10 Anos da Pesquisa de Emprego e Desemprego, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais.

Dedecca, C.S., Rodrigues, M., Pires Ferreira, S. (1990) O Mercado de Trabalho nos Centros Urbanos: São Paulo, Belém e Salvador, São Paulo em Perspectiva, Vol. 04, nº 3-4, São Paulo: Fundação Seade.

Dedecca, C.S. e Cunha, J.M.P. (2004) Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo, Revista de População, Vol. 21, nº 1, São Paulo: ABEP.

Soares, M. e Januzzi, J. (2006) As várias faces do mercado de trabalho brasileiro, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

Montagner, P. e Haga, A. (2003) Pesquisa de Emprego e Desemprego: sua importância como metodologia de pesquisa, São Paulo em Perspectiva, Vol. 17, nº 3-4, São Paulo – Fundação Seade.